

PARÂMETROS PARA UM DICIONÁRIO DE VALÊNCIA VERBAL

Sebastião Expedito Ignácio*

Resumo: A presente proposta baseia-se na teoria da argumentação, na gramática de valências e na gramática de casos. Como se trata de uma sugestão de procedimentos para a montagem de verbetes de um dicionário que busque retratar a realidade da língua escrita contemporânea, há que se trabalhar com um *corpus* que seja representativo de uma época e dos vários gêneros da produção escrita.

Palavras-chave: Valência; argumento; caso semântico.

PRELIMINARES

Procuramos, neste artigo, apresentar uma síntese dos pressupostos que julgamos fundamentais para a montagem de verbetes de um dicionário de verbos, com ênfase na descrição valencial.

Um dicionário de valência verbal que tenha por objetivo atender às necessidades dos usuários da língua, em geral, no que se refere à facilitação e maior agilização na produção e recepção de textos escritos, bem como a servir de subsídio aos estudiosos e profissionais da área (alunos e professores), deverá pautar-se por alguns princípios básicos, tanto teóricos quanto metodológicos. A presente proposta restringe-se ao registro das ocorrências da língua escrita do português contemporâneo do Brasil. Dessa forma, o primeiro passo há de ser a descrição das estruturas argumentais e morfossintáticas das orações geradas a partir de cada tipo de verbo, com base num *corpus* que represente os vários gêneros discursivos (ficção, oratória, textos dramáticos, técnicos, jornalísticos etc.) e que abranja um período de tempo que se possa considerar representativo do que se entenda por contemporaneidade, ou seja, que abranja pelo menos os últimos cinquenta anos.

Diferentemente de uma gramática, que objetiva as generalizações, o dicionário se preocupa com as particularidades. Assim, além da descrição das

* Livre-docente em Língua Portuguesa do Curso de Pós-graduação em Letras da Faculdade de Ciências e Letras de

Araraquara – UNESP.
E-mail: expedito@techs.com.br

estruturas prototípicas, o dicionário registrará também as variações de uso. Embora se saiba que há verbos prototípicos, cuja estrutura oracional é previsível do ponto de vista canônico, a realidade do uso mostra que um mesmo item lexical (forma verbal) funciona diferentemente, ou seja, ora como verbo dinâmico ora como verbo estativo, tendo, como conseqüência, estruturas argumentais e morfossintáticas diversas. Há, pois, que se levar em conta, principalmente, a relação entre o verbo e o primeiro argumento (A₁) que, na superfície, exerce a função sintática de Sujeito. Dik (1989, p.89) enfatiza esse dado:

O tipo de Estado-de-Coisas (EC) pode parcialmente ser derivado da função semântica atribuída à posição do primeiro argumento de uma predicação, no sentido de que, por exemplo, um EC do tipo Ação é codificado numa predicação com uma função semântica do primeiro argumento de Agente, e, inversamente, uma função semântica do primeiro argumento de Agente sinaliza um EC do tipo Ação.

Chafe (1979) lembra ainda a importância de se considerar a relação entre o verbo e o objeto: sendo este **afetado** pela ação verbal, tem-se ao mesmo tempo “ação” e “processo”. Dessa forma, é preciso considerar que as valências quantitativa, qualitativa e semântica dos verbos sofrem variações na dimensão pragmática, e que os seus valores semânticos se definem a partir das relações com o argumento de primeiro grau (A₁), com função sintática de Sujeito e, eventualmente, das relações com o argumento de segundo grau (A₂), com função de Objeto. Assim, a classe semântica do verbo se define no discurso (ato de fala), sendo, pois, inadequado que se estabeleçam, *a priori*, listas contendo “verbos de ação”, “de processo”, de “ação-processo”, “de estado”. Quando muito se poderão detectar as formas prototípicas de cada classe, com a ressalva de que, no funcionamento da língua, nenhuma forma se pode dizer exclusiva de uma determinada classe. Citem-se como exemplos: (i) o verbo “ir”, que, sendo prototípico dos verbos de movimento (*Pedro vai a Brasília* = **ação**; *A chuva foi embora* = **processo**), poderá compor uma frase **estativa** (*A estrada vai de São Paulo a Porto Alegre*); (ii) o verbo “pretejar”, que, dependendo da realização aspectual, poderá indicar um **estado** (*Naquele momento, o terreiro pretejava de urubus*), ou um **processo** (*De repente, o terreiro pretejou de urubus*). Aqui se realiza o que Dik (1989) chama de “modos de ação”.

PRESSUPOSTOS OPERACIONAIS BÁSICOS

Entende-se por Estrutura Argumental e Morfossintática a composição sintático-semântica da frase determinada a partir das propriedades valenciais do verbo como núcleo predicador. Dessa forma, o verbo seleciona os tipos semânticos e a quantidade de Argumentos (Dik, 1989) suficientes e necessários para a composição da oração. Os Argumentos se associam a funções semânticas (casos, segundo Fillmore, 1968, 1969 e 1977) específicas de acordo com as exigências (valência) de cada verbo, representando lingüisticamente os diversos classes semânticas – **ação, processo, estado** (Chafe, 1979), ou **evento** e **situação** seguidos das respectivas subclasses, segundo Dik (1989). Ao nível da realização de superfície, os Argumentos são representados pelas funções sintáticas que se realizam segundo regras morfossintáticas. Assim, por exemplo, o Argumento de primeiro grau (A₁) se

associa às funções semânticas de Agente, Paciente, Objetivo, Locativo etc., e exerce a função sintática de Sujeito que, do ponto de vista morfológico, se representa por um Sintagma Nominal (SN). O verbo, como centro estruturador da oração, funciona como Predicador (P). Em princípio, os verbos se subdividem em dois grandes grupos (Chafe, 1979): verbos dinâmicos (**ação** – em que há um FAZER por parte do argumento de primeiro grau, Sujeito; **processo** – em que há uma ACONTECER em relação ao Sujeito ou ao Objeto; **ação-processo** – em que há, ao mesmo tempo, um FAZER por parte do Sujeito e um ACONTECER em relação ao Objeto) e verbos **estativos** (estado) – em que, sendo o Sujeito inativo, a ele se atribui um estado, uma qualidade ou uma condição. Esses dois grandes grupos, conforme se vê na classificação de Dik, apresentam outras subdivisões, segundo se levem em conta aspectos como **telicidade/não-telicidade** (ação acabada/ação não-acabada) e categorias pragmáticas como **controle/não-controle**.

Desse modo, devem ser levados em conta fatores pragmáticos, semânticos e sintáticos condicionados pelos diversos contextos em que se inserem os vários tipos de textos (romanescos, dramáticos, oratórios, jornalísticos e técnicos) produzidos em linguagem escrita no português contemporâneo do Brasil.

SOBRE A DEFINIÇÃO DE VERBO

Propomos aqui o que poderíamos chamar de *definição gramatical*, ou, mais propriamente, uma descrição sintático-semântica que se indica por meio de matrizes. Esse processo consiste, de modo geral, na indicação da classe semântica a que o verbo pertence (ação, processo, ação-processo, estado), bem como na indicação da sua estrutura sintática na composição da frase – tipo(s) morfossintático(s) do(s) complemento(s) – e, quando pertinente, dos traços semânticos desses complementos (animado, humano, concreto, abstrato, contável etc.).

Pela ordem, a definição do verbo seguirá os seguintes passos:

1º) A primeira definição começa pela indicação da classe ou categoria, segundo a tradição gramatical. Nessa etapa, vale-se de uma definição cujos critérios coube à gramática determinar. Vale-se, por exemplo, do critério funcional, segundo o qual é o verbo a classe gramatical que tem a *função obrigatória de predicado oracional* (Cunha, 1985), e do critério semântico da significação externa.

2º) Em seguida, por meio de esquemas matriciais, enquadra-se o verbo numa das categorias semânticas (ação, processo, ação-processo, estado), indicando-se as possibilidades sintático-semânticas da estrutura oracional, ou seja, os tipos de relações sintáticas e os traços semânticos dos eventuais complementos. Nesse ponto, estar-se-ia recorrendo a uma definição valencial, pela qual se toma o verbo como predicador (P) – é o verbo e não o nome o ponto de partida da organização da frase (Tesnière, 1966; Chafe, 1979) – e se descreve a natureza sintático-semântica dos seus argumentos (A), segundo o esquema A(P). Destaque-se, ainda, que, embora não se explicita a função semântica (papel temático) do Sujeito, bem como os seus traços sêmicos, tais características ficam implícitas na estrutura argumental de cada tipo de verbo. Assim, cada classe semântica pressupõe um tipo de

Sujeito: **ação** = Sujeito **ativo** (Agentivo); **processo** = Sujeito **afetado** (Paciente, Experimentador); **ação-processo** = Sujeito **ativo-causativo** (Agentivo, Causativo, Instrumental); estado = Sujeito inativo (Objetivo, Locativo, Experimentador).

3º) Precedendo a exemplificação, define-se o verbo pelo seu valor semântico externo, de acordo com a variedade de acepções em que possa ser empregado, utilizando-se de definições termo a termo e discursivas.

4º) Em se tratando de um dicionário de usos, a definição se completa com a exemplificação.

Em síntese, a definição de verbo deve realizar-se em três níveis: lexicofuncional, sintático e semântico, levando-se em conta a dimensão pragmática. Enfatiza-se a descrição valencial, que considera os valores semânticos, as relações sintáticas e a classe gramatical dos itens lexicais que representam os argumentos, bem como o número desses argumentos.

É preciso ressaltar, no entanto, que, ao se pretender registrar as ocorrências reais de uso da língua, não quer dizer que se possam captar todas as significações possíveis, ou seja, definir o verbo de modo a exaurir as variações semânticas que ele adquire nos vários contextos de fala, por mais exaustivo que seja o *corpus* com que se trabalha. Isso pelo simples fato de que um mesmo significado não se repete, ainda que a estrutura sintática seja a mesma. Trata-se da propriedade semântica dos itens lexicais a que Pottier (1978, p.74) chamou de “virtuema”: *todo elemento que é latente na memória associativa do falante e cuja atualização está ligada aos fatores variáveis das circunstâncias de comunicação*.

Essa plurissemia, todavia, não impede que o dicionarista estabeleça determinadas matrizes. Seja, por exemplo, o verbo participar, que se pode classificar como verbo de estado, nas três frases:

- a) *Nossas escolas não **participam** da vida, nem preparam para ela.*
- b) *Quase todos os oceanos **participam** desse processo.*
- c) *Os músculos **participam** dos movimentos do braço.*

Embora nos três exemplos a unidade verbal se possa definir como verbo de estado, significando *ser parte integrante de*, evidentemente em cada contexto há um tipo particular de estado. No entanto, esse fato não invalida a classificação genérica, uma vez que o dicionarista se vale de determinadas invariáveis para essa classificação. Em outras palavras, considera as **semelhanças** e não as **diferenças**, pois estas são infinitas do ponto de vista pragmático. Nos exemplos dados aqui a invariabilidade da estrutura sintática não condiciona, evidentemente, a invariabilidade semântica, mas alguns fatores comuns às três frases, tais como a ausência de dinamicidade, portanto caráter **inativo** do Sujeito, e o sentido de *fazer parte de um todo* permitem classificá-las como frases **estativas**.

BASE TEÓRICA

A base teórica deverá ser a **teoria da argumentação** que, por sua vez, se assenta nos princípios da **gramática de valências** (Tesnière, 1966; Chafe, 1970; Vilela, 1992; Borba, 1996), na **gramática de casos** (Fillmore, 1968,

1969 e 1977), assim como nos estudos sintático-semânticos e pragmáticos da estrutura da frase realizados principalmente por Dik (1981 e 1989).

Ao se propor um estudo sintático-semântico dos verbos, numa situação real de discurso (textos escritos), justifica-se a recorrência a mais de um modelo de descrição, valendo-se dos aspectos pertinentes que cada um possa oferecer. Assim, a recorrência ao modelo de Tesnière se restringe ao fato de que fora um dos precursores do princípio da centralidade do verbo na organização da frase. A sua contribuição, nesta proposta, não vai além do oferecimento de parâmetros para a análise da valência quantitativa e da consideração do Sujeito como um constituinte sintático do mesmo nível do Objeto. Para uma análise que englobe o valor semântico (valência qualitativa) recorrer-se-á aos modelos de Chafe (com algumas adaptações quanto às classes semânticas do verbo em português), de Vilela e Borba, estes últimos porque trataram mais especificamente da língua portuguesa. Para a análise dos valores semânticos dos constituintes oracionais (argumentos), deverão servir de base os estudos de Fillmore, em especial das obras citadas. Para uma melhor compreensão e definição de critérios de análise do estatuto semântico oracional, em decorrência da natureza do verbo (ação, processo, estado), há que se valer dos critérios propostos por Simon Dik para a caracterização dos estados de coisas (EC), tais como **dinamismo (din)**, **telicidade (tel)** e **controle (con)**. Esses parâmetros devem ser tomados como complementação dos critérios propostos por Chafe, já que ajudarão na classificação sintático-semântica dos verbos, como núcleos predicadores, em verbos de **ação**, de **processo**, de **ação-processo** e de **estado**. Assim, as abordagens desses autores, longe de serem conflitantes, são complementares, sendo que Dik nos fornece um leque mais abrangente de critérios classificatórios. Como ilustração, lembremos que o autor distingue dois grandes tipos de EC: **evento** e **situação**, que, *grosso modo*, correspondem às frases **dinâmicas** e **estativas**, respectivamente, propostas por Chafe. Os tipos propostos por Dik, assim se subclassificam:

Tipos de EC	Traços semânticos dos predicados
1) evento -ação-realização	[+din] [+con] [+tel]
2) evento -ação-atividade	[+din] [+con] [-tel]
3) evento -processo-mudança	[+din] [-con] [+tel]
4) evento -processo-dinamismo	[+din] [-con] [-tel]
5) situação -posição	[-din] [+cont]
6) situação -estado	[-din] [-con]

Ainda que os resultados possam ser apresentados na forma mais simplificada de Chafe, os parâmetros de Dik, por apresentarem detalhes aspectuais e pragmáticos, favorecem a análise dos dados, quando se trabalha com exemplos reais de discurso. Seja, por exemplo, o verbo “encher” compondo as seguintes frases (EC):

- Logo pela manhã, os manifestantes encheram a praça.* [+din] [+con] [+tel]
- Logo pela manhã, os manifestantes enchem a praça.* [+din] [+con] [-tel]
- Logo pela manhã, a praça se encheu de manifestantes.* [+din] [-con] [+tel]
- Logo pela manhã, a praça estava cheia de manifestantes.* [-din] [-con]

Tanto em a) quanto em b), cujos traços distintivos, segundo Dik, levam às subclasses **realização** e **atividade**, respectivamente, temos verbos dinâmicos e, em ambos os casos, temos **ação + processo**, segundo Chafe. Em c), pela ausência do traço **controle** por parte do Sujeito, ao qual Chafe classificaria como **afetado**, temos **processo**. Em d), pela ausência de **dinamismo** e de **controle**, temos **situação-estado**, segundo Dik e simplesmente **estado**, segundo Chafe. Vê-se que, na classificação final há coincidência entre as duas propostas, com alguns detalhamentos que auxiliam a análise e não comprometem os resultados. É interessante notar que ao falar de **ação + processo**, Chafe inclui o Objeto, elemento afetado pela ação verbal, enquanto Dik só leva em conta a participação do Sujeito. Outro dado a ser considerado é que a inclusão da subclasse posição, na proposta de Dik, vem enriquecer a tipologia, se não resolver um problema não previsto por Chafe: a possibilidade de haver o traço **controle** numa construção não-dinâmica. É o caso, por exemplo, da frase: e) *A polícia permaneceu o dia todo na praça.* [-din] [+cont], em que, embora o Sujeito não seja **inativo**, isto é, tenha **controle** da situação, a frase é **não-dinâmica**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de proceder a uma descrição fiel das estruturas oracionais em relação ao uso efetivo da língua, sem perder de vista a necessidade de clareza e legibilidade por parte do leitor comum, um dicionário de valência verbal deve apresentar, em forma de matrizes, desde as estruturas mais simples às mais complexas, levando-se em conta os níveis semântico, sintático e morfossintático cuja realização se condiciona à dimensão pragmática. Assim, desde os verbos monossêmicos, que selecionam um único item lexical como Argumento [Sujeito (A₁) e/ou Objeto (A₂)], como “arregalar” que seleciona como complemento apenas o item “olhos”, e que apresenta uma única possibilidade de ter uma **estrutura derivada** em que haja alçamento do Objeto a Sujeito, passando de estrutura **ativa** (*João arregalou os olhos*) à estrutura **processiva** (*Os olhos de João se arregalaram*), até os verbos altamente plurissêmicos, como “passar”, que apresenta mais de cinquenta acepções e várias possibilidades de **derivações**, as descrições e representações se farão levando-se em conta a valência **quantitativa** (número de argumentos selecionados pelo verbo em cada situação); a valência **qualitativa** ou **semântica** (valor semântico dos argumentos – Agente, Paciente, Instrumental etc.; animicidade, concretude, abstratividade etc.); valência **sintática** e **morfossintática** – Sujeito; Objeto etc.; Sintagma Nominal, Sintagma Adjetival, Sintagma Circunstancial, etc. Devem ser descritas ainda as relações sintáticas de superfície (emprego de preposições) entre o verbo e seus argumentos de segundo ou terceiro grau (A₂ e A₃, respectivamente).

Em síntese, a estrutura do verbete deverá obedecer ao seguinte esquema: (i) item lexical (forma infinitiva do verbo); (ii) classe/subclasse semântica; (iii) indicação valencial (tipos e número de argumentos selecionados na estruturação da frase); (iv) estrutura morfossintática dos complementos; acepção(ões), segundo o critério definitório conveniente; (v) exemplos abonados.

Referências bibliográficas

- BORBA, F. S. *Uma gramática de valências para o português*. São Paulo: Ática, 1996.
- CHAFE, W. *Significado e estrutura lingüística*. Trad. Maria H. M. Neves et al. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1979.
- CUNHA, C. F., CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIK, C. S. *The Theory of Functional Grammar*. Part 1: The Structure of the Clause. Dordrecht-Holland/Cinnaminson-USA: Foris Publications, 1981.
- _____. Functional grammar and its relevance to grammar writing. In: VERLAG, Max Niemeyer, 1989.
- FILLMORE, C. J. The Case for Case. In: BACH, E., HARMS, R. (Ed.) *Universals in Linguistic Theory*. New York: Holt, Reinhart and Winston, 1968.
- _____. Types of Lexical Information. In: KIEFER, F. (Ed.) *Studies in Syntax and Semantics*. Dordrecht-Holland: D. Reidel Publishing Co., 1969
- _____. The Case for Case Reopened. In: COLE et al. (Ed.). *Syntax and Semantics: Grammatical Relations*. New York: Academic Press, 1977. v.8.
- FILLMORE, C. J., LANGENDON, D. T. (Ed.) *Studies in Linguistic Semantics*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1971.
- _____. Em favor do caso. Trad. Lúcia M. Lobato. In: *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. Trad. Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1973.
- IGNÁCIO, S. E. Palavras gramaticais num dicionário de usos. *Alfa*, v.44, p.17-26, 2000.
- POTTIER, B. *Lingüística geral – teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença, 1978.
- TESNIÈRE, L. *Éléments de syntaxe structurale*. 2.ed. Paris: Klincksieck, 1966.
- VILELA, M. *Gramática de valências: teoria e aplicação*. Coimbra: Almedina, 1992.

IGNÁCIO, S. E. Parameters for a verbal valence dictionary. *Todas as Letras (São Paulo)*, n.6, p.107-113, 2004.

Abstract: *This proposal is based on the argumentative theory, in the valence grammar and in the case grammar. As it is a procedure suggestion to compose entries in a dictionary that intends to picture the reality of the contemporary written language, it is necessary to deal with a corpus that represents both a certain period and the several genders of written production.*

Keywords: *Valence; argument; semantic case.*